



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO POPULAÇÃO,
TERRITÓRIO E ESTATÍSTICAS PÚBLICAS**

Trabalho Final – Políticas Públicas

**Desafios e Trajetória do Projovem: Uma Análise Neo-
Institucionalista sobre Governança, Implementação e
Impactos**

Jairo Mariano da Costa Júnior

Rio de Janeiro

Fevereiro de 2025

Desafios e Trajetória do Projovem: Uma Análise Neo-Institucionalista sobre Governança, Implementação e Impactos

1. Introdução

As políticas públicas destinadas à inclusão educacional e profissional de jovens têm sido alvo de constantes revisões e reformulações, refletindo desafios estruturais e políticos no Brasil. O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, criado em 2005, surge nesse contexto com o objetivo de reintegrar jovens ao sistema educacional e qualificá-los profissionalmente, atendendo a uma população historicamente vulnerável. No entanto, sua trajetória foi marcada por dificuldades na implementação, descontinuidade administrativa e mudanças nas diretrizes governamentais, fatores que comprometem sua efetividade e sustentabilidade.

Diante disso, este artigo se propõe a responder a seguinte pergunta de pesquisa: Como as instituições, os interesses dos atores envolvidos e as ideias que fundamentaram o Projovem influenciaram sua formulação, implementação e resultados? Para responder a essa questão, adota-se um referencial teórico baseado no neo-institucionalismo, com especial ênfase no Modelo dos 3 I's – Instituições, Interesses e Ideias. Essa abordagem permite compreender como regras institucionais, disputas políticas e construções ideológicas moldaram a trajetória do programa ao longo dos anos.

Além disso, a pesquisa utiliza três estratégias metodológicas complementares: a Análise CIPI (Contexto, Instituições, Processos e Ideias), o Mapa de Processos e Resultados (MaPR) e a meta-avaliação de estudos acadêmicos sobre o Projovem. A Análise CIPI possibilita uma visão aprofundada da estrutura do programa e dos desafios enfrentados em sua operacionalização, enquanto o MaPR permite mapear os recursos, atividades, produtos, resultados e impactos do programa. A meta-avaliação, por sua vez, sintetiza evidências de pesquisas anteriores, proporcionando um panorama crítico sobre sua efetividade e limitações.

Para atender aos objetivos supracitados, o artigo está estruturado da seguinte forma: no Capítulo 2, são apresentados os fundamentos do neo-institucionalismo e sua aplicação à análise de políticas públicas. No Capítulo 3, descreve-se a metodologia adotada, detalhando os critérios de seleção dos estudos analisados. No Capítulo 4, realiza-se a Análise CIPI do Projovem, abordando sua evolução, arcabouço institucional, atores envolvidos e valores socioculturais em disputa. No Capítulo 5, discute-se a estrutura do Mapa de Processos e Resultados (MaPR), evidenciando a coerência (ou falta dela) entre os objetivos do programa e seus resultados. No Capítulo 6, apresenta-se a meta-avaliação dos estudos anteriores, consolidando os principais achados sobre a efetividade do Projovem. Por fim, no Capítulo 7, discutem-se as implicações dos resultados e propõem-se recomendações para aprimoramento de políticas voltadas à juventude no Brasil.

Com essa abordagem, o artigo pretende fornecer uma análise aprofundada dos fatores que influenciaram o Projovem, evidenciando lições aprendidas e caminhos para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à inclusão social e educacional dos jovens brasileiros.

2. Neo-institucionalismo e Políticas Públicas

O neo-institucionalismo emergiu como uma abordagem central na análise de políticas públicas, destacando o papel das instituições na formulação, implementação e resultados das políticas governamentais. Diferentemente das abordagens anteriores, que focavam predominantemente nos atores ou nos processos de tomada de decisão, o neo-institucionalismo enfatiza que as instituições moldam comportamentos, delimitam possibilidades de ação e influenciam a trajetória das políticas ao longo do tempo.

Dentro dessa perspectiva, existem diferentes correntes de pensamento, cada uma com suas particularidades sobre o que constitui uma "instituição" e como ela impacta a formulação e implementação de políticas públicas. Hall e Taylor (2003) identificaram três grandes vertentes do neo-institucionalismo: o racional, o sociológico e o histórico. Posteriormente, autores como Perissinotto e Stumm (2017) argumentaram que uma quarta vertente, o neo-institucionalismo discursivo, também deveria ser considerada. Cada uma dessas correntes contribui de forma distinta para o entendimento das políticas públicas e pode ser aplicada na avaliação de programas como o Projovem.

2.1. As Correntes do Neo-Institucionalismo e sua Relação com o Projovem

Neo-institucionalismo da Escolha Racional e as Estruturas do Projovem

O neo-institucionalismo da escolha racional parte da premissa de que os atores políticos tomam decisões estrategicamente para maximizar seus interesses dentro das regras institucionais estabelecidas. Nessa perspectiva, as instituições funcionam como estruturas de incentivos, moldando as escolhas dos agentes políticos e burocráticos.

No caso do Projovem, essa abordagem ajuda a explicar as dificuldades de coordenação intergovernamental na implementação do programa. O modelo do Projovem exigia cooperação entre União, estados e municípios, mas governos locais frequentemente divergiam sobre prioridades e repasses financeiros, levando a uma execução desigual entre diferentes regiões. Essa fragmentação institucional é um exemplo de como as regras do jogo estabelecidas pelo desenho da política influenciaram as decisões estratégicas dos gestores públicos, resultando em lacunas na execução do programa.

Neo-institucionalismo Sociológico e a Cultura Organizacional do Programa

O neo-institucionalismo sociológico argumenta que as instituições não são apenas regras formais, mas também construções sociais baseadas em normas e valores compartilhados. Os atores políticos não agem apenas por incentivos estratégicos, mas também com base em convenções, tradições e expectativas sociais.

No contexto do Projovem, essa abordagem é útil para compreender as diferenças regionais na implementação do programa. Em algumas localidades, gestores e professores adotaram práticas inovadoras para engajar os jovens e reduzir a evasão escolar, enquanto em outras a falta de engajamento institucional e resistência à mudança comprometeu a qualidade da oferta. Além disso, a resistência de sindicatos e associações educacionais à contratação temporária de professores revela como normas profissionais e culturais influenciaram a execução do programa, dificultando a padronização de sua implementação.

Neo-institucionalismo Histórico e a Continuidade do Projovem

A vertente histórica do neo-institucionalismo argumenta que as políticas públicas seguem trajetórias dependentes, ou seja, decisões tomadas no passado influenciam fortemente suas possibilidades futuras. As mudanças institucionais ocorrem de forma incremental, e uma vez que uma política é implementada, ela tende a ser mantida ou ajustada de acordo com suas estruturas preexistentes.

No caso do Projovem, sua estrutura foi fortemente influenciada por programas anteriores de educação de jovens e adultos (EJA). O programa buscou integrar experiências passadas, mas enfrentou desafios na construção de um modelo estável, sendo reformulado em 2007 e posteriormente enfraquecido a partir de 2016. A cada mudança de governo, novas diretrizes eram implementadas, demonstrando como o desenho institucional do Projovem tornou-o vulnerável a ciclos políticos e restrições orçamentárias, reforçando a ideia de dependência de trajetória.

Neo-institucionalismo Discursivo e a Construção de Narrativas sobre o Projovem

Mais recentemente, o neo-institucionalismo discursivo tem enfatizado o papel das ideias e narrativas na formulação de políticas públicas. Segundo essa abordagem, as políticas não são apenas moldadas por regras e interesses, mas também por discursos dominantes que legitimam ou deslegitimam determinadas ações governamentais.

O Projovem foi concebido dentro de uma narrativa de inclusão social e educação como direito fundamental, mas também foi alvo de críticas que o acusavam de ser ineficiente ou excessivamente assistencialista. Com a ascensão de governos mais alinhados a ideias neoliberais, o programa sofreu cortes orçamentários e mudanças em sua estrutura, refletindo uma nova visão que priorizava políticas focalizadas e a maior participação do setor privado na qualificação profissional dos jovens.

2.2. O Modelo dos 3 I's – Instituições, Interesses e Ideias

Diante da diversidade de abordagens do neo-institucionalismo, uma forma de análise amplamente utilizada é o Modelo dos 3 I's (Instituições, Interesses e Ideias), que permite compreender como esses três elementos interagem na formulação e implementação das políticas públicas. Palier e Surel (2005) destacam que as três principais correntes do neo-institucionalismo, especialmente na tradição anglo-saxã, enfatizam três dimensões fundamentais de análise, conhecidas como os "três I's": Ideias, Interesses e Instituições. Embora essas noções possam ser denominadas de formas distintas, seu uso conjunto permite uma abordagem mais sistemática das políticas públicas, possibilitando a análise integrada de diferentes variáveis que, anteriormente, eram consideradas separadamente.

Essa abordagem permite uma análise integrada e multifacetada, possibilitando que se compreenda não apenas os aspectos normativos e operacionais de um programa, mas também os fatores políticos e ideológicos que influenciam sua implementação e permanência ao longo do tempo. Segundo os acadêmicos franceses, o uso dessas ferramentas demonstrou que elas não são mutuamente excludentes, ao contrário, podem ser utilizadas eficientemente de maneira complementar umas às outras. A interação dessas três perspectivas possibilita uma análise atenta à pluralidade de dimensões existentes na formulação e na implementação das políticas públicas.

No entanto, a defesa do uso integrado dessas três variáveis não significa que elas devam ter o mesmo peso em todas as análises ou que uma hierarquia fixa de influência deva ser estabelecida. Na realidade, a decomposição da realidade a partir dessas três perspectivas representa um primeiro passo para uma análise posterior, onde a dinâmica de interação entre elas possa ser mais bem compreendida e, eventualmente, um fator preponderante possa ser identificado em determinado contexto.

Instituições - Englobam as regras formais e informais que estruturam a ação dos atores políticos e burocráticos. No caso do Projovem, incluem a legislação educacional brasileira, os arranjos federativos e os mecanismos de financiamento do programa. A concepção de instituição adotada neste estudo se aproxima da definição do neo-institucionalismo da escolha racional, voltada para os aspectos formais. Dessa forma, o arcabouço institucional é entendido como o conjunto de macroestruturas, regras e ferramentas, que foram construídas socialmente e consolidadas ao longo do tempo. Nesse sentido, as instituições não devem ser vistas apenas como fatores de restrição e limitação da ação dos atores, mas também como fornecedoras de recursos, estruturas operacionais e conhecimento acumulado ao longo do tempo.

Interesses - Referem-se às motivações e objetivos dos diferentes atores envolvidos na formulação e implementação das políticas. O Projovem envolveu múltiplos interesses, incluindo gestores públicos, sindicatos de professores, setor privado, organismos internacionais e grupos políticos, que disputaram sua estrutura e continuidade. No entendimento adotado para esta avaliação, os interesses estão vinculados às preferências racionais dos atores, que buscam maximizar seus ganhos por meio de processos de negociação política. Assim, os atores podem ser identificados como partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, burocracias, mídia, ONGs e especialistas técnicos, que exercem influência sobre as ações do Estado a partir de sua capacidade de articulação e mobilização.

Ideias - Representam as crenças e valores que sustentam a política pública. O Projovem foi fundamentado em uma concepção de educação como instrumento de inclusão social, mas também sofreu influência de visões políticas que defendem modelos alternativos de qualificação profissional e assistência social. Campbell (2002) destaca que as ideias operam em um nível mais abstrato e, portanto, sua caracterização analítica pode ser mais complexa. Ele propõe que as ideias podem ser compreendidas como paradigmas cognitivos e visões de mundo, que estruturam as possibilidades de ação dos formuladores de políticas públicas. Essas ideias podem restringir ou expandir o leque de alternativas consideradas viáveis, pois certos pressupostos são tomados como óbvios e não são questionados no processo decisório. Um exemplo dessa dinâmica pode ser observado na formulação de políticas de assistência social em diferentes contextos culturais.

A partir dessas ponderações, podemos definir as ideias como um espectro conceitual formado por valores públicos ou civilizatórios, que permeiam uma determinada sociedade em um período histórico específico. Jannuzzi (2022) reforça essa concepção ao argumentar que as ideias são representantes do "espírito do tempo", um conceito que remete à noção de *Zeitgeist*, termo de origem alemã que expressa as tendências predominantes de um período.

A abordagem dos 3 I's possibilita, portanto, uma análise integrada e multifacetada, permitindo que se compreenda não apenas os aspectos normativos e operacionais de um programa, mas também os fatores políticos e ideológicos que influenciam sua implementação e permanência ao longo do tempo. No caso do Projovem, essa abordagem ajuda a compreender como a interação entre instituições, interesses e ideias moldou sua trajetória, explicando tanto os desafios encontrados na sua execução quanto as razões que levaram à sua descontinuidade parcial ao longo dos anos.

2.3. Aplicação do Neo-Institucionalismo ao Projovem

Ao analisar o Projovem sob a ótica do neo-institucionalismo, percebe-se que o programa foi fortemente condicionado por fatores institucionais, interesses políticos e disputas ideológicas. A fragmentação do sistema federativo brasileiro gerou dificuldades na implementação do programa, enquanto os interesses dos diferentes atores impactaram sua estrutura ao longo do tempo. Além disso, a mudança na conjuntura política e econômica a partir de 2016 influenciou diretamente a redução do programa, demonstrando a relevância das ideias e narrativas na sustentabilidade das políticas públicas.

O uso do Modelo dos 3 I's permite compreender as razões pelas quais o Projovem enfrentou desafios na execução e continuidade. As instituições educacionais descentralizadas dificultaram a coordenação do programa, os interesses políticos e econômicos divergentes limitaram sua expansão e as ideias em disputa sobre o papel do Estado na educação impactaram sua viabilidade ao longo do tempo.

A perspectiva neo-institucionalista oferece um arcabouço robusto para analisar políticas públicas como o Projovem, destacando a importância das instituições, dos interesses dos atores envolvidos e das ideias em circulação. Ao compreender esses elementos, torna-se possível identificar os desafios estruturais da política, suas limitações e oportunidades de aprimoramento. O estudo do Projovem sob essa ótica revela que, para garantir maior efetividade e sustentabilidade de programas voltados à inclusão educacional, é fundamental considerar não apenas sua estrutura técnica, mas também o contexto político e institucional que molda sua trajetória.

Assim, ao aplicar o Modelo dos 3 I's ao Projovem, percebe-se que os desafios do programa não podem ser explicados apenas por falhas de gestão ou falta de recursos, mas também pelas disputas políticas e ideológicas em torno de sua concepção e implementação.

Ao longo do artigo, essas perspectivas serão utilizadas para analisar os desafios enfrentados pelo Projovem, suas limitações e suas possibilidades de aprimoramento, consolidando a importância do neo-institucionalismo como ferramenta analítica para o estudo de políticas públicas no Brasil.

3. Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e analítica, fundamentada em três estratégias metodológicas complementares: Análise CIPI (Contexto, Instituições, Processos e Ideias), Mapa de Processos e Resultados (MaPR) e meta-avaliação de estudos acadêmicos sobre o Projovem. O objetivo é oferecer uma visão abrangente sobre a

formulação, implementação e os desafios enfrentados pelo programa, considerando sua trajetória institucional, os atores envolvidos e os impactos observados ao longo do tempo.

A Análise CIPI é utilizada para estruturar a avaliação do Projovem a partir de quatro dimensões: o contexto da política pública, o arcabouço institucional, os processos de formulação e implementação e as ideias que orientaram sua concepção. Essa abordagem permite compreender como fatores históricos, políticos e normativos influenciaram a configuração do programa e suas dificuldades na execução.

O Mapa de Processos e Resultados (MaPR) é empregado para sistematizar a lógica do programa, mapeando os recursos mobilizados, as atividades realizadas, os produtos gerados, os resultados intermediários e os impactos esperados. A construção do MaPR possibilita uma análise integrada sobre a coerência interna do Projovem, identificando gargalos na implementação e possíveis falhas na articulação entre diferentes componentes da política.

A meta-avaliação consiste na revisão e sistematização de estudos acadêmicos que analisaram o Projovem em diferentes momentos de sua trajetória. Foram selecionados artigos científicos, dissertações e relatórios técnicos disponíveis em bases de dados acadêmicas e governamentais. O objetivo dessa etapa é consolidar os achados de pesquisas anteriores, permitindo uma avaliação mais robusta sobre a efetividade do programa.

A seguir, detalha-se a justificativa para o recorte temporal adotado e as limitações metodológicas da pesquisa.

3.1. Justificativa para o Recorte Temporal

O recorte temporal escolhido para a análise compreende o período de 2005 a 2024, abrangendo desde a criação do Projovem até os últimos registros de sua implementação e reformulação. Essa delimitação se justifica por três razões principais.

Em primeiro lugar, 2005 marca o início do programa, no contexto de um governo que buscava expandir políticas de inclusão educacional e qualificação profissional para jovens em situação de vulnerabilidade. O lançamento do Projovem representa um marco na tentativa de integrar educação básica, qualificação profissional e formação cidadã em um modelo único e estruturado. Portanto, compreender o desenho inicial do programa é essencial para avaliar como suas premissas institucionais foram estruturadas.

Em segundo lugar, a análise se estende até 2016, quando ocorrem mudanças significativas no cenário político e econômico brasileiro, que resultaram em cortes orçamentários e na reformulação do programa. Essa transição reflete a passagem de um modelo mais amplo para uma versão mais focalizada e restritiva, o que impactou a continuidade da política e sua efetividade na inclusão educacional de jovens.

Posteriormente, a pesquisa abrange o período de 2017 a 2023, permitindo analisar os impactos do desmonte progressivo do programa e as mudanças institucionais associadas. Esse intervalo é fundamental para entender como a trajetória do Projovem foi influenciada pelas decisões políticas recentes, resultando em sua reconfiguração e perda de relevância.

Por fim, a pesquisa debruça sobre o ano de 2024 com a retomada do programa sob a ótica de um novo governo progressista.

A escolha desse recorte temporal possibilita acompanhar o ciclo completo do programa, desde sua formulação e implementação inicial, passando por suas reformulações, até os desafios de sua sustentabilidade e continuidade. Essa abordagem permite não apenas identificar as fragilidades institucionais e operacionais do Projovem, mas também compreender como disputas políticas e restrições financeiras impactaram sua trajetória ao longo dos anos.

3.2. Seleção dos Estudos para a Meta-Avaliação

Para a realização da meta-avaliação, foram consultadas bases de dados acadêmicas e governamentais entre os dias 01/02/2025 e 06/02/2025, incluindo SciELO, Google Acadêmico, Banco de Teses e Dissertações da CAPES e Conect Paper. Foram utilizados os descritores "Projovem" e "Políticas Públicas" para identificar estudos relevantes.

O levantamento inicial resultou em 23 estudos entre o SciELO e o Google Acadêmico, 118 trabalhos na plataforma da CAPES e 399 na Conect Paper. Para a seleção final, adotou-se critérios de aderência aos objetivos da pesquisa, priorizando artigos que analisassem a implementação, os impactos e os desafios do Projovem. O processo de seleção incluiu a leitura dos resumos dos artigos e a verificação de metodologias utilizadas, abrangência geográfica e compatibilidade com a abordagem da pesquisa.

Os estudos selecionados contemplam tanto análises de abrangência nacional quanto estudos de casos regionais, permitindo uma visão mais ampla sobre as particularidades do programa em diferentes contextos socioeconômicos e institucionais.

3.3. Limitações Metodológicas

Apesar dos esforços para garantir uma análise abrangente e rigorosa, algumas limitações metodológicas devem ser reconhecidas.

Uma das principais limitações diz respeito à disponibilidade e acesso a fontes primárias e secundárias. Embora tenham sido utilizados documentos oficiais, legislações, relatórios governamentais e artigos acadêmicos, algumas informações podem não ter sido totalmente divulgadas ou estarem incompletas, especialmente em relação aos impactos mais recentes do Projovem. Além disso, lacunas na transparência de dados públicos podem ter restringido a precisão de algumas análises.

Outra limitação refere-se à heterogeneidade dos estudos incluídos na meta-avaliação. Os artigos selecionados apresentam diferentes metodologias e enfoques, o que pode gerar variações nos resultados e nas interpretações. Para minimizar essa limitação, foram priorizados estudos que empregassem abordagens robustas e que estivessem alinhados ao modelo analítico adotado nesta pesquisa.

A pesquisa também enfrenta desafios no que diz respeito à atribuição de causalidade. Como o Projovem coexistiu com outras políticas de educação de jovens e adultos (EJA), nem sempre é possível separar seus impactos diretos dos efeitos de outras iniciativas governamentais. Esse aspecto deve ser considerado ao interpretar os achados desta pesquisa.

Por fim, há limitações inerentes ao uso do Modelo dos 3 I's e do MaPR. Embora essas ferramentas sejam amplamente utilizadas na análise de políticas públicas, elas não capturam todas as variáveis contextuais que influenciam a formulação e implementação de um programa. Mudanças abruptas no cenário político e econômico, por exemplo, podem ter impactos significativos que não são totalmente contemplados pelos modelos teóricos adotados.

Diante dessas limitações, a pesquisa buscou mitigar possíveis vieses por meio de uma abordagem triangulada, combinando análise institucional, meta-avaliação e mapeamento de processos e resultados. Essa estratégia permite obter uma visão mais abrangente e equilibrada dos desafios enfrentados pelo programa ao longo de sua trajetória.

A metodologia adotada nesta pesquisa permite uma avaliação detalhada do Projovem, considerando sua trajetória institucional, os desafios de implementação e os impactos gerados ao longo do tempo. A inclusão do recorte temporal bem fundamentado e a explicitação das limitações metodológicas reforçam a transparência e o rigor analítico do estudo.

No próximo capítulo, será apresentada a Análise CIPI do Projovem, explorando os fatores institucionais, políticos e ideacionais que influenciaram a formulação e a execução do programa.

4. Análise CIPI do Projovem

O Projovem tem como objetivo principal promover a inclusão social, educacional e profissional de jovens em situação de vulnerabilidade. Busca reintegrar aqueles que abandonaram o sistema educacional, oferecer qualificação profissional e fomentar a cidadania ativa, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e a melhoria das condições de vida dessa parcela da população.

O Projovem é uma política pública redistributiva, pois busca corrigir desigualdades sociais históricas ao direcionar recursos, oportunidades e serviços para jovens em situação de vulnerabilidade, promovendo justiça social e equidade.

Também enquadrado como um programa transversal que atua em três principais eixos programáticos: (1) Educação e Capacitação Profissional: Oferece cursos de qualificação e reforço educacional para promover o desenvolvimento humano e o acesso ao mercado de trabalho; (2) Proteção Social: Visa fortalecer a rede de assistência social ao integrar jovens em programas de convivência e apoio às suas famílias; (3) Inclusão Produtiva: Promove a inserção de jovens no mercado de trabalho, com foco em empreendedorismo e geração de renda, especialmente nas modalidades Projovem Trabalhador e Campo.

4.1. Linha do Tempo e Evolução

A criação e evolução do Projovem devem ser compreendidas dentro do arcabouço mais amplo das políticas públicas voltadas à educação, qualificação profissional e assistência social no Brasil. A partir da Constituição Federal de 1988, o país estruturou um conjunto de normas e programas voltados à inclusão social e ao combate às desigualdades, o que influenciou diretamente a formulação e implementação do Projovem.

Em 1988, a promulgação da Constituição Federal estabeleceu direitos sociais fundamentais, incluindo educação, trabalho e assistência social. Esse marco legal criou as bases para a implementação de políticas públicas voltadas à inclusão e proteção social de jovens, como o Projovem. Em seguida, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, reforçou a proteção social dessa população, garantindo direitos como acesso à educação e ao trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 1996, representou outro avanço significativo ao enfatizar a universalização do ensino e prever ações para combater o analfabetismo funcional, um dos principais focos do Projovem. Posteriormente, em 2001, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) fortaleceu o financiamento da educação básica, proporcionando uma base financeira para programas de inclusão educacional.

No início dos anos 2000, a implementação do programa Fome Zero, em 2003, incorporou os jovens como público prioritário das políticas de combate à pobreza. Foi nesse contexto que, em 2005, o governo federal lançou o Projovem, inicialmente voltado para jovens entre 18 e 24 anos, com o objetivo de promover a qualificação profissional e a reinserção escolar.

O programa passou por uma expansão significativa em 2008, quando foi dividido em quatro modalidades para atender a diferentes perfis da juventude brasileira:

- **Projovem Urbano:** voltado para a alfabetização e qualificação profissional de jovens em áreas urbanas;
- **Projovem Campo:** direcionado a jovens rurais, integrando educação e necessidades do campo;
- **Projovem Adolescente:** com enfoque na convivência social e no apoio a adolescentes em situação de vulnerabilidade;
- **Projovem Trabalhador:** destinado à qualificação de jovens em busca do primeiro emprego.

Entre 2011 e 2014, houve um aumento significativo dos investimentos no programa, consolidando-o como parte das políticas estruturantes voltadas à juventude. No entanto, a partir de 2016, o Projovem enfrentou fragmentação e reavaliação devido a cortes orçamentários e mudanças no cenário político. O cenário se agravou em 2020, quando a crise fiscal e a reconfiguração das prioridades nacionais levaram a uma expressiva redução do alcance do programa.

Em 2024, o Projovem foi retomado com um foco renovado nos territórios mais vulneráveis, incluindo favelas. A formação passou a priorizar temas como agroecologia e sustentabilidade, especialmente na modalidade Projovem Campo. Foram disponibilizadas 25 mil vagas, com um investimento de R\$ 95,4 milhões, marcando uma nova fase do programa.

O Ministério da Educação estabeleceu a meta de ofertar 100 mil vagas no Projovem até 2026, com um investimento previsto de R\$ 828 milhões. Essa retomada indica um novo

ciclo de fortalecimento do programa, reafirmando seu papel na inclusão social e educacional da juventude brasileira.

Dessa forma, a trajetória do Projovem reflete tanto avanços quanto desafios das políticas públicas brasileiras voltadas à juventude, sendo impactada diretamente pelo contexto socioeconômico e pelas mudanças nas diretrizes governamentais.

4.2. Arcabouço Institucional

O direito à educação é amplamente reconhecido como um princípio fundamental para o desenvolvimento humano e a inclusão social. No âmbito internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em seu Artigo 26, estabelece que toda pessoa tem direito à educação. Esse princípio foi reforçado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente o ODS 4, que visa garantir uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa para todos.

No Brasil, o arcabouço jurídico que sustenta a educação como direito fundamental é extenso. A Constituição Federal de 1988, em seus Artigos 6º, 205 e 208, assegura a educação como um direito social e um dever do Estado e da família, sendo essencial para o exercício da cidadania e o desenvolvimento pessoal e profissional. Complementando essa base, diversas leis estabeleceram diretrizes e mecanismos para garantir a inclusão educacional e a profissionalização da juventude:

- **Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):** estabelece o direito de crianças e adolescentes à educação, profissionalização, cultura e lazer, além de prever medidas de proteção contra o trabalho infantil e formas degradantes de trabalho.
- **Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):** define os princípios que orientam a educação no Brasil, incluindo igualdade de acesso, permanência na escola e gestão democrática do ensino público.
- **Lei nº 11.129/2005:** cria o **Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem)**, além de instituir o **Conselho Nacional da Juventude (CNJ)** e a **Secretaria Nacional de Juventude**, reforçando a estrutura institucional para a implementação de políticas voltadas à juventude.
- **Lei nº 11.692/2008:** amplia o escopo do Projovem, permitindo que diferentes perfis de jovens em situação de vulnerabilidade sejam atendidos.
- **Lei nº 12.852/2013 – Estatuto da Juventude:** consolida os direitos dos jovens brasileiros, entre 15 e 29 anos, abrangendo áreas como educação, profissionalização, participação política e social, diversidade, sustentabilidade e segurança pública.

A operacionalização dessas políticas se dá por meio de instrumentos específicos, como a destinação de transferências financeiras para estados e municípios, a oferta de bolsas de incentivo para jovens em programas de qualificação e a parceria com Organizações da Sociedade Civil (OSCs) para a execução de ações especializadas.

Além disso, a efetividade dessas políticas é monitorada por mecanismos de avaliação, que incluem relatórios de gestão compartilhados entre o Ministério da Educação (MEC)

e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pesquisas de opinião pública que avaliam o impacto e a satisfação dos beneficiários.

Esse arcabouço institucional evidencia o compromisso do Estado brasileiro com a promoção da inclusão educacional e profissional da juventude, reforçando a importância de programas como o Projovem para reduzir desigualdades e ampliar oportunidades para os jovens em situação de vulnerabilidade.

4.3. Atores e Interesses

A implementação do Projovem envolve uma ampla rede de atores, cada um desempenhando papéis específicos na formulação, execução, financiamento e monitoramento do programa. Esses atores possuem interesses próprios, que, embora convergentes em muitos aspectos, também refletem suas agendas institucionais.

O Governo Federal é o principal formulador e financiador do programa, sendo responsável pela regulamentação e definição das diretrizes do programa. Seu interesse reside na redução do desemprego juvenil, na inclusão social e no fortalecimento da política educacional e do desenvolvimento econômico do país.

Os Governos Estaduais e Municipais atuam na implementação local, articulando a execução com instituições de ensino e monitorando os impactos do programa. Seu interesse principal é reduzir a vulnerabilidade social dos jovens, além de melhorar indicadores educacionais e de empregabilidade em seus territórios.

As instituições de ensino desempenham um papel central na oferta de cursos de qualificação profissional e no suporte pedagógico aos alunos. Essas instituições veem no programa uma oportunidade de captação de recursos e de fortalecimento de políticas voltadas para a educação de jovens e adultos.

O setor privado pode atuar como parceiro estratégico ao disponibilizar vagas de estágio e emprego para os jovens formados pelo programa. Seu interesse está na captação de mão de obra qualificada, reduzindo a carência de profissionais capacitados e alinhando a formação dos jovens às necessidades do mercado de trabalho.

As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) desempenham um papel fundamental no apoio à inclusão social dos beneficiários, acompanhando sua trajetória educacional e profissional. Seu principal interesse é a defesa do direito à educação e ao trabalho, bem como o monitoramento da implementação do programa para assegurar que ele alcance seus objetivos sociais.

Além dos atores diretamente envolvidos na execução e financiamento, diversas entidades desempenham papéis estratégicos na articulação e no suporte técnico ao programa.

A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) representa os municípios na implementação do Projovem. Seu interesse é garantir maior participação municipal no programa e assegurar suporte técnico para a execução das políticas educacionais.

O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) coordena as secretarias estaduais de educação, promovendo uma melhor articulação entre os estados para fortalecer a implementação do programa e garantir sua continuidade.

Por fim, a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme) é responsável pelo monitoramento e regulamentação do programa nos municípios, buscando assegurar que a implementação ocorra com qualidade e equidade em todo o território nacional.

Dessa forma, a execução do Projovem envolve uma complexa rede de atores que, por meio de diferentes níveis de atuação, trabalham para viabilizar o acesso dos jovens à educação e ao mercado de trabalho, promovendo inclusão e desenvolvimento social.

4.4. Ideias e Valores

O **Projovem** é fundamentado em uma série de ideias e valores que buscam promover a inclusão da juventude no sistema educacional e no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que enfrentam as desigualdades sociais. Essas concepções refletem tanto uma visão progressista de políticas públicas voltadas para a equidade quanto o embate com perspectivas que questionam o papel do Estado nesse processo.

O programa parte do princípio de que a educação e a qualificação profissional são direitos fundamentais, sendo essencial que todos os jovens tenham acesso a esses recursos como uma base indispensável para o pleno exercício da cidadania. Além disso, o Projovem está ancorado na ideia de que problemas sociais complexos, como a exclusão juvenil e o desemprego, exigem respostas intersetoriais que integrem educação, trabalho e proteção social. Outra concepção central do programa é a valorização do protagonismo juvenil, com a crença de que os jovens devem ser incentivados a atuar como agentes ativos na transformação de suas realidades, fortalecendo sua autonomia e sua participação social.

Os valores promovidos pelo programa incluem a inclusão social, expressa no compromisso de reduzir as barreiras que impedem os jovens de acessar educação, trabalho e cidadania plena; a equidade, que se traduz na prioridade conferida a populações historicamente excluídas, como jovens de baixa renda e moradores de áreas rurais e periféricas; e a dignidade humana, representada pelo esforço de garantir condições básicas para que esses jovens tenham oportunidades justas de prosperar e contribuir para a sociedade.

A implementação do Projovem ocorre em meio a diferentes narrativas sobre a juventude e as políticas sociais. As narrativas promotoras defendem que a política pública é essencial para corrigir falhas estruturais de exclusão juvenil e para garantir um futuro promissor ao país. Dentro dessa perspectiva, o protagonismo juvenil é um elemento central do desenvolvimento social. Em contrapartida, as narrativas opositoras criticam a eficiência do gasto público, argumentando que programas como o Projovem podem criar dependência do Estado. Essas críticas muitas vezes sugerem que a privatização da qualificação profissional seria uma alternativa mais eficaz, alegando que o investimento estatal na capacitação de jovens deveria ser repensado.

Entre as principais ideias e valores em disputa na formulação e execução do programa, destaca-se o debate sobre o papel do Estado nas políticas sociais. A visão progressista sustenta que o Estado deve assumir um protagonismo na redução das desigualdades,

investindo em políticas redistributivas e inclusivas, como o Projovem. Essa perspectiva entende a inclusão educacional e profissional como uma responsabilidade estatal essencial para a construção de uma sociedade mais justa. Em contrapartida, a visão liberal defende que o papel do Estado deve ser limitado, delegando à iniciativa privada a responsabilidade pela capacitação e inserção dos jovens no mercado de trabalho. Os críticos dessa abordagem argumentam que programas como o Projovem geram dependência e possuem baixa eficiência.

Outro embate importante envolve a concepção da educação e do trabalho como direitos ou como mercadorias. Enquanto a perspectiva progressista entende que esses elementos são direitos fundamentais, cujo acesso deve ser garantido pelo Estado a toda a população, a visão mercadológica sugere que a formação educacional e profissional deve estar ajustada às demandas econômicas, priorizando a eficiência e o retorno financeiro em detrimento de uma concepção mais ampla de cidadania e inclusão social.

Além disso, há um debate sobre a universalização versus a focalização do programa. Os defensores da universalização acreditam que políticas como o Projovem devem ser parte de um esforço maior para garantir igualdade de oportunidades e justiça social para todos os jovens. Já os críticos dessa abordagem defendem que os recursos públicos deveriam ser alocados apenas para aqueles que demonstram maior necessidade ou potencial de impacto, reduzindo custos e aumentando a eficiência do programa.

Outro ponto de conflito diz respeito à autonomia dos jovens em contraposição a um suposto paternalismo estatal. A narrativa promotora enfatiza que o Projovem empodera os jovens, oferecendo-lhes as ferramentas necessárias para que construam suas trajetórias de forma independente. No entanto, os críticos argumentam que programas desse tipo podem ser paternalistas, tratando os jovens como dependentes do Estado, em vez de incentivá-los a buscar soluções autônomas para sua inserção no mercado de trabalho.

Por fim, um dos embates mais profundos diz respeito à percepção sociocultural da juventude. Enquanto a narrativa promotora do programa enxerga a juventude como o futuro do país, justificando o investimento em sua qualificação e desenvolvimento como uma estratégia de renovação social e progresso sustentável, há também uma visão crítica que, muitas vezes de forma implícita, associa jovens em situação de vulnerabilidade a problemas como criminalidade e desordem social. Essa última perspectiva pode dificultar a mobilização de recursos e o apoio público para iniciativas como o Projovem, reforçando preconceitos e restringindo as oportunidades oferecidas a essa parcela da população.

As ideias e valores em disputa em torno do Projovem refletem um embate mais amplo sobre o papel do Estado e a prioridade das políticas sociais no Brasil. O programa, ao promover inclusão e equidade, desafia visões que privilegiam soluções de mercado ou modelos focalizados. Essas disputas revelam como diferentes interpretações de direitos, eficiência e cidadania influenciam o desenho e a implementação de políticas públicas. O futuro do Projovem dependerá de como essas tensões serão negociadas em um contexto político e econômico dinâmico e polarizado.

5. MaPR – Mapa de Processos e Resultados do Projovem

O Mapa de Processos e Resultados (MaPR) é uma ferramenta metodológica fundamental para compreender a estrutura operacional do Programa Nacional de Inclusão de Jovens –

Projovem. Ele permite visualizar de forma sistemática a relação entre os recursos mobilizados, as atividades realizadas, os produtos entregues e os impactos esperados do programa. A aplicação do MaPR ao Projovem possibilita uma avaliação detalhada da coerência entre o planejamento original e sua execução prática, identificando os fatores que potencializaram ou limitaram sua efetividade ao longo do tempo. Além disso, a estruturação do MaPR evidencia quais elementos da política pública foram efetivamente implementados e quais sofreram descontinuidade, permitindo uma análise mais crítica sobre o programa.

Neste sentido, Jannuzzi (2016) advoga que esta ferramenta é utilizada para esquematizar de forma sintética o funcionamento do programa, abordando seu contexto de atuação, a relação entre seus diversos elementos—como insumos, processos e produtos—e a maneira como esses componentes se articulam para gerar os resultados e impactos sociais desejados, considerando as condições necessárias para sua efetivação.

5.1. Estrutura do MaPR do Projovem

O MaPR do Projovem está organizado em cinco componentes principais, que estruturam a lógica de funcionamento do programa: os recursos mobilizados, as atividades realizadas, os produtos gerados, os resultados intermediários e os impactos de longo prazo. Os recursos mobilizados incluem os insumos financeiros, humanos e estruturais necessários para a implementação do programa. As atividades realizadas referem-se às ações desenvolvidas para alcançar os objetivos do Projovem, tais como oferta de cursos, mobilização de jovens e suporte pedagógico. Os produtos gerados correspondem aos bens e serviços concretos entregues pelo programa, incluindo matrículas efetivadas, certificações concedidas e materiais didáticos distribuídos. Já os resultados intermediários envolvem efeitos diretos na trajetória dos beneficiários, como a redução da evasão escolar e a melhoria da qualificação profissional. Por fim, os impactos de longo prazo refletem as mudanças estruturais promovidas pelo programa na vida dos jovens atendidos e na sociedade, como o aumento da empregabilidade e o fortalecimento da participação cidadã.

5.2. Recursos Mobilizados

O Projovem demandou a mobilização de diferentes tipos de recursos para sua implementação. No aspecto financeiro, o programa foi sustentado por repasses do orçamento da União, investimentos estaduais e municipais, além de parcerias institucionais em algumas regiões. No que se refere aos recursos humanos, o programa contou com uma ampla rede de profissionais, incluindo gestores públicos, professores, tutores e coordenadores pedagógicos, responsáveis por garantir a execução das atividades nas diferentes esferas governamentais. Também foram utilizados recursos de dados e informação, como sistemas de monitoramento e avaliação, cadastros de beneficiários e indicadores de desempenho, que auxiliaram no acompanhamento da implementação. Além disso, a execução do Projovem foi respaldada por um arcabouço normativo que incluía a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a legislação específica do programa. A disponibilidade e estabilidade desses recursos foram determinantes para o sucesso do programa, mas, ao longo do tempo, a redução do financiamento e a rotatividade da equipe técnica comprometeram sua continuidade, afetando diretamente os resultados alcançados.

5.3. Atividades Realizadas

As atividades desenvolvidas no âmbito do Projovem foram estruturadas para atender aos objetivos de reintegração educacional e qualificação profissional dos jovens. Entre essas atividades, destacam-se a oferta de cursos, a distribuição de materiais didáticos e a implementação de um currículo que combinava educação básica, qualificação profissional e formação para a cidadania. Além disso, o programa desenvolveu estratégias para mobilização e seleção de beneficiários, com o objetivo de atrair jovens em situação de vulnerabilidade e garantir a inclusão dos grupos mais desfavorecidos. Paralelamente, foram criados mecanismos de monitoramento e acompanhamento dos alunos, permitindo avaliar a frequência, o desempenho e as taxas de evasão ao longo do curso. Outro aspecto fundamental foi a capacitação de professores e tutores, proporcionando formação continuada aos profissionais envolvidos na execução do programa. Apesar da relevância dessas atividades, problemas na coordenação intergovernamental e na gestão dos recursos afetaram sua efetividade, gerando desigualdades regionais na qualidade da implementação.

5.4. Produtos Gerados

Os produtos do Projovem representam os bens e serviços concretos entregues ao longo do tempo. Entre os principais produtos gerados, destaca-se o número de matrículas efetivadas, refletindo o alcance do programa na captação de jovens. Outro indicador relevante é a quantidade de certificações concedidas, evidenciando a proporção de alunos que concluíram a formação e obtiveram qualificação educacional e profissional. Além disso, a distribuição de materiais didáticos foi essencial para a estruturação do ensino, garantindo suporte pedagógico aos estudantes. No entanto, a variação na qualidade e disponibilidade desses produtos ao longo dos anos revela desafios enfrentados na gestão do programa, sendo influenciada por limitações orçamentárias e administrativas.

5.5. Resultados Intermediários

Os resultados intermediários do Projovem dizem respeito às mudanças diretas na trajetória dos jovens atendidos. Um dos principais efeitos observados foi a redução da evasão escolar, à medida que o programa possibilitou a retomada dos estudos por parte de jovens que haviam abandonado a educação formal. Além disso, a qualificação profissional proporcionada pelo Projovem permitiu que os beneficiários adquirissem novas competências e ampliassem suas oportunidades no mercado de trabalho. Outro impacto significativo foi o estímulo à participação comunitária e ao desenvolvimento do senso de cidadania, incentivando os jovens a se envolverem em atividades sociais e coletivas. Apesar desses avanços, as elevadas taxas de evasão ao longo do tempo indicam que os objetivos do programa não foram plenamente alcançados, sugerindo a necessidade de aprimoramento na estrutura de incentivos e suporte aos estudantes.

5.6. Impactos de Longo Prazo

Os impactos do Projovem referem-se às transformações estruturais promovidas pelo programa, tanto na vida dos jovens atendidos quanto na sociedade como um todo. Entre os principais impactos, destaca-se o aumento da empregabilidade dos beneficiários, que tiveram melhores condições de inserção no mercado formal de trabalho. Outro efeito relevante foi a contribuição para a redução da desigualdade educacional, ampliando o

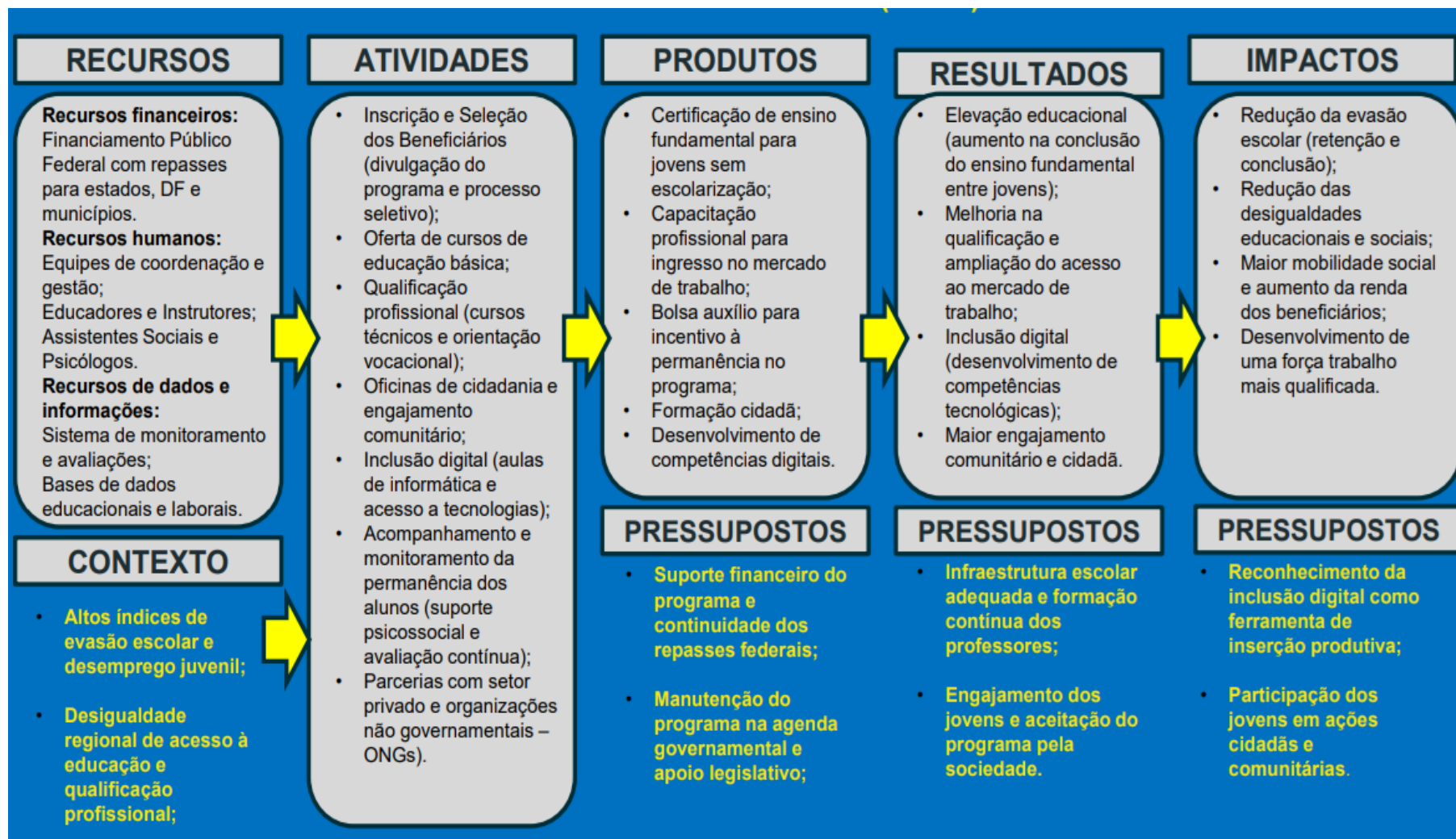
acesso à educação para jovens em situação de vulnerabilidade. Além disso, o fortalecimento da participação cidadã emergiu como um legado importante, formando indivíduos mais conscientes de seus direitos e deveres na sociedade. No entanto, o enfraquecimento do programa nos últimos anos comprometeu significativamente seu potencial de impacto a longo prazo, demonstrando a necessidade de políticas mais estáveis e integradas.

5.7. Desafios e Condições Externas

A implementação do Projovem foi influenciada por diversos fatores externos que escapavam ao controle direto dos gestores do programa. Mudanças na política educacional ao longo dos anos impactaram diretamente sua continuidade, especialmente com reformulações no modelo de educação de jovens e adultos. A redução dos investimentos públicos também se mostrou um obstáculo significativo, limitando a capacidade do programa de expandir sua atuação e manter sua infraestrutura. Além disso, a crise econômica enfrentada pelo país afetou diretamente as oportunidades de emprego para os egressos do programa, tornando mais difícil a concretização de seus objetivos de qualificação profissional. A ausência de estratégias eficazes para mitigar o impacto dessas variáveis externas comprometeu o desempenho do Projovem e reduziu seus benefícios em longo prazo.

Em síntese, a análise do MaPR demonstra que o Projovem possuía uma estrutura sólida, mas sofreu com dificuldades operacionais e desafios externos que limitaram sua efetividade. A interação entre recursos, atividades, produtos, resultados e impactos revela um programa com grande potencial transformador, mas que enfrentou barreiras institucionais, políticas e econômicas que dificultaram sua implementação.

Figura X: Mapa de Processos e Resultados do Programa Projovem



6. Meta-avaliação dos Estudos sobre o Projovem

A avaliação de políticas públicas desempenha um papel essencial na mensuração da eficácia de programas governamentais, permitindo ajustes estratégicos para aprimorar sua execução e impacto. No entanto, a multiplicidade de abordagens metodológicas e referenciais teóricos utilizados nos estudos avaliativos pode gerar conclusões divergentes sobre os resultados de uma mesma política pública. Diante disso, a meta-avaliação surge como uma estratégia analítica que permite sistematizar e comparar diferentes estudos, identificando padrões, lacunas e potenciais vieses na literatura acumulada sobre um programa.

No contexto do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), diversos estudos acadêmicos e relatórios governamentais buscaram avaliar seu desempenho, analisando desde aspectos operacionais e pedagógicos até impactos socioeconômicos e limitações estruturais. Esses estudos, entretanto, variam em escopo, metodologia e recorte temporal, o que pode dificultar a obtenção de um panorama consolidado sobre a efetividade do programa. Assim, a meta-avaliação torna-se fundamental para sintetizar os principais achados da literatura existente, oferecendo uma visão mais ampla sobre os fatores que influenciam o sucesso ou as dificuldades do Projovem.

Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados da meta-avaliação de estudos sobre o Projovem, analisando as metodologias empregadas, os dados utilizados, os principais achados e as tendências identificadas nas pesquisas já realizadas. A sistematização dessas informações permitirá não apenas compreender as principais fragilidades e avanços do programa ao longo dos anos, mas também oferecer subsídios para futuras pesquisas e formulações de políticas públicas mais eficazes no campo da inclusão educacional e profissional de jovens.

6.1. Principais Estudos Analisados

A meta-avaliação dos estudos sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) possibilitou a sistematização de diversas análises acadêmicas e institucionais que, ao longo dos anos, buscaram avaliar a efetividade, os desafios e os impactos do programa. Os estudos revisados abrangem diferentes períodos de implementação e adotam metodologias variadas, desde análises quantitativas baseadas em modelos estatísticos até abordagens qualitativas que exploram a percepção dos beneficiários e gestores sobre a iniciativa. Essa diversidade metodológica permite uma compreensão abrangente do programa, identificando padrões comuns e divergências nas avaliações. A Tabela Y contendo a totalidade dos estudos contemplados na meta-avaliação será apresentada no apêndice.

Os principais eixos temáticos abordados nas pesquisas incluem:

- Efetividade da reinserção educacional e os desafios associados à evasão escolar dos beneficiários;
- Qualificação profissional oferecida pelo programa e sua relação com a empregabilidade juvenil;
- Estrutura curricular e metodológica do Projovem, incluindo a adequação dos conteúdos às necessidades do público-alvo;

- Integração intersetorial entre educação, trabalho e assistência social na implementação do programa;
- Impactos do Projovem na trajetória dos egressos, tanto em termos de desenvolvimento pessoal quanto de inserção no mercado de trabalho.

Entre os estudos mais relevantes analisados, destaca-se o trabalho de Soares, Ferrão e Marques, realizado entre 2008-2010, que utilizou modelos de regressão logística para identificar os fatores associados à evasão escolar no programa. Os resultados apontaram que jovens em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica apresentavam taxas significativamente mais altas de abandono, especialmente em municípios onde o suporte pedagógico e a infraestrutura eram precários. A pesquisa também evidenciou que a evasão não estava apenas associada a dificuldades acadêmicas, mas também a fatores externos, como a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho e responsabilidades familiares.

Outro estudo relevante é o de Passos et al., realizado entre 2017-2020, que investigou a relação entre esporte e políticas de assistência social no contexto do Projovem. A pesquisa, baseada em entrevistas e análise documental, demonstrou que a inclusão do esporte como atividade complementar teve um impacto positivo na socialização dos jovens e na redução de comportamentos de risco, como envolvimento com violência e evasão escolar. No entanto, os autores destacaram a falta de padronização na implementação dessas atividades e a ausência de uma estratégia sistemática para integrá-las ao currículo do programa.

A pesquisa de Gaspar, realizada entre 2010-2015, adotou uma abordagem crítica para analisar a estrutura curricular do Projovem Urbano, utilizando estudo de caso e análise documental. O autor argumenta que os cursos oferecidos pelo programa possuíam um caráter superficial e não garantiam uma qualificação profissional robusta o suficiente para competir no mercado de trabalho, resultando em uma baixa efetividade na inserção dos jovens em empregos formais. Essa constatação levanta questionamentos sobre a necessidade de uma reformulação curricular que contemple conteúdos mais alinhados às demandas do setor produtivo.

Já o estudo conduzido por Campos et al., realizado entre 2014-2016, centrou-se na percepção dos beneficiários sobre a experiência no Projovem e seus impactos em suas trajetórias educacionais e profissionais. Por meio de entrevistas e aplicação de questionários, os autores identificaram que, embora os jovens valorizassem a oportunidade de retomada dos estudos, muitos expressavam frustrações em relação à falta de suporte pedagógico contínuo e à dificuldade de transição para o mercado de trabalho. O estudo reforça a importância de mecanismos complementares que assegurem o acompanhamento dos egressos após a conclusão do programa.

De maneira geral, a revisão dos estudos evidencia que, apesar dos esforços institucionais para garantir a continuidade do Projovem, os desafios estruturais e operacionais ainda limitam seu impacto pleno. As avaliações sugerem que o programa cumpre parcialmente seus objetivos ao proporcionar um espaço de retomada educacional e capacitação profissional, mas não consegue, de forma sistemática, garantir uma trajetória de inserção sustentável no mercado de trabalho para seus beneficiários.

Além disso, uma tendência comum nos estudos analisados é a identificação da fragmentação intersetorial, ou seja, a falta de articulação entre as áreas de educação, trabalho e assistência social na implementação do programa. Essa lacuna reduz a efetividade do Projovem, pois impede que os beneficiários tenham um suporte contínuo para consolidar sua formação e acessar oportunidades de trabalho de forma estruturada.

A meta-avaliação permite, portanto, não apenas compreender os desafios históricos enfrentados pelo Projovem, mas também oferecer subsídios para aprimoramentos futuros. A partir dos achados dos estudos revisados, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem mais integrada, que inclua mecanismos de monitoramento mais robustos, maior alinhamento entre formação e demanda do mercado e políticas complementares de suporte aos egressos.

Os próximos tópicos aprofundarão as principais conclusões extraídas da meta-avaliação, explorando em detalhes os achados sobre implementação, atenção básica e outros impactos do programa, bem como as implicações dessas evidências para o aprimoramento da política pública de inclusão juvenil.

6.2. Achados e Tendências

A meta-avaliação dos estudos sobre o Projovem revela um quadro multifacetado, no qual avanços e limitações coexistem, apontando tanto para a importância da iniciativa quanto para a necessidade de aprimoramentos estruturais. Embora o programa tenha sido concebido como um mecanismo de reintegração educacional e qualificação profissional para jovens em situação de vulnerabilidade, os estudos analisados indicam que sua efetividade tem sido comprometida por desafios administrativos, pedagógicos e estruturais.

Os achados mais recorrentes na literatura destacam três dimensões centrais na implementação do Projovem:

1. **Os desafios administrativos e operacionais**, que incluem a falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo e a descontinuidade de financiamento.
2. **Os resultados educacionais**, que, embora positivos em termos de reintegração ao ensino, são limitados pela alta taxa de evasão e pela insuficiência da qualificação profissional oferecida.
3. **Os impactos no mercado de trabalho e na inclusão social**, os quais se mostram reduzidos devido à falta de articulação com o setor produtivo e à baixa empregabilidade dos egressos.

6.2.1. Desafios na Implementação: Estruturação e Governança

A fragmentação administrativa do Projovem é um dos principais desafios apontados pelos estudos. A descentralização do programa, embora essencial para sua adaptação às diferentes realidades locais, tem gerado disparidades significativas na qualidade da oferta.

- **Falta de Coordenação Intergovernamental:** O programa sofre com a ausência de um modelo de governança estruturado, resultando em desigualdades regionais na execução e na distribuição de recursos.

- **Descontinuidade Administrativa:** Reformulações frequentes no desenho do programa e cortes orçamentários recorrentes impactam sua continuidade, reduzindo a adesão e a permanência dos beneficiários.
- **Infraestrutura Deficiente:** Muitas localidades não dispõem de equipamentos adequados ou materiais pedagógicos atualizados, o que compromete a experiência educacional dos jovens.
- **Ausência de Padronização Regional:** Diferentes estados e municípios implementam o programa de maneira desigual, gerando discrepâncias na formação e dificultando a mensuração de seus impactos reais.

Sugestão de aprimoramento: Adoção de um modelo de governança federativa integrada, com supervisão técnica contínua e um sistema de monitoramento capaz de avaliar a execução do programa em diferentes contextos regionais.

6.2.2. Resultados Educacionais: Impacto e Permanência

A proposta educacional do Projovem prevê a conclusão do ensino fundamental para jovens que abandonaram a escola. No entanto, os estudos mostram que, apesar de o programa oferecer uma segunda chance educacional, sua estrutura não garante a permanência e o engajamento contínuo dos alunos.

- **Evasão Escolar Persistente:** Jovens em extrema vulnerabilidade continuam abandonando o programa devido à necessidade de ingressar precocemente no mercado de trabalho ou por falta de suporte socioeconômico.
- **Qualificação Profissional Insuficiente:** Os cursos oferecidos não são alinhados às demandas do mercado de trabalho, dificultando a inserção profissional dos egressos.
- **Baixo Desenvolvimento de Competências Cidadãs:** Apesar de a proposta curricular incluir formação cidadã, a falta de acompanhamento estruturado faz com que os impactos nesse aspecto sejam pouco mensuráveis.

Sugestão de aprimoramento: Reformulação dos currículos para incluir formação técnica voltada para setores produtivos locais, além da criação de incentivos financeiros e pedagógicos para minimizar a evasão escolar.

6.2.3. Impactos no Mercado de Trabalho e na Inclusão Social

O Projovem busca integrar educação e qualificação profissional como instrumentos de inclusão socioeconômica. No entanto, os dados revelam que a empregabilidade dos egressos é limitada, e o programa não possui mecanismos de inserção efetiva no mercado de trabalho.

- **Inserção Precarizada:** A maioria dos beneficiários não consegue ingressar em empregos formais após a conclusão do programa, sendo absorvidos, na melhor das hipóteses, por ocupações informais e de baixa remuneração.
- **Baixo Impacto na Renda Familiar:** Sem acompanhamento pós-programa, os jovens permanecem em empregos precários, e os ganhos salariais não apresentam evolução significativa.

- **Ausência de Parcerias com o Setor Produtivo:** Diferentemente de outras políticas de qualificação profissional, o Projovem não articula parcerias sólidas com empresas para estágio ou empregabilidade.

Sugestão de aprimoramento: Estabelecimento de parcerias com o setor produtivo, possibilitando a criação de programas de estágio e aprendizagem vinculados ao Projovem, garantindo um caminho estruturado de inserção profissional.

6.2.4. Recomendações para Aprimoramento do Programa

Diante dos desafios identificados, os estudos analisados apontam estratégias para aumentar a efetividade do Projovem e assegurar melhores resultados para seus beneficiários:

- **Maior Integração entre Educação e Empregabilidade:** Reformulação dos cursos técnicos, alinhando-os às demandas do mercado local, e implementação de programas de estágio.
- **Redução da Evasão Escolar:** Oferta ampliada de auxílio financeiro e implementação de um sistema de acompanhamento psicossocial para mitigar os riscos de abandono.
- **Reestruturação da Gestão e do Financiamento:** Criação de um modelo de governança intersetorial, garantindo estabilidade financeira e avaliação contínua de impacto.
- **Apoio à Educação do Campo:** Desenvolvimento de metodologias adaptadas para populações rurais, garantindo que o programa atenda às especificidades regionais.
- **Formação Docente Aprimorada:** Capacitação dos professores e instrutores, assegurando que o ensino seja mais qualificado e alinhado às necessidades do público-alvo.

Assim, os achados da meta-avaliação evidenciam que, embora o Projovem tenha potencial transformador, sua efetividade é limitada por barreiras estruturais e de gestão. Entre os principais desafios, destacam-se altas taxas de evasão, baixa empregabilidade dos egressos e falta de articulação com o setor produtivo.

Os estudos analisados sugerem que a efetividade do programa depende de um redesenho estrutural, que contemple estabilidade financeira, maior articulação entre educação e mercado de trabalho e estratégias mais eficazes de monitoramento e acompanhamento dos jovens. Caso essas reformas sejam implementadas, o Projovem poderá, de fato, consolidar-se como uma política pública de impacto duradouro, promovendo a inclusão educacional e social da juventude brasileira.

6.3 Implicações Políticas dos Achados

Os achados da pesquisa revelam problemas estruturais na governança interinstitucional do Projovem, que resultaram em desigualdades na oferta do programa entre diferentes regiões do país. A falta de articulação entre União, estados e municípios dificultou a implementação padronizada do programa, permitindo que decisões políticas locais influenciassem a continuidade e a qualidade da política pública. Esse cenário ilustra um

dos principais desafios das políticas descentralizadas no Brasil: a fragilidade da coordenação federativa e a dependência de repasses financeiros do governo federal.

A trajetória do Projovem também expõe como mudanças políticas e ideológicas influenciam diretamente a continuidade de programas sociais. A pesquisa indica que o programa sofreu sucessivos cortes orçamentários a partir de 2016, refletindo uma mudança de diretriz governamental em relação às políticas educacionais e sociais. Esse padrão é consistente com o fenômeno do ciclo de políticas públicas, em que a cada mudança de governo, programas sofrem descontinuidade ou reformulações drásticas, comprometendo sua efetividade a longo prazo.

Outro aspecto relevante é o impacto da falta de estabilidade institucional. A alternância na gestão do Projovem, combinada com a ausência de um sistema robusto de monitoramento e avaliação contínua, dificultou a consolidação da política. Essa ausência de mecanismos institucionais mais sólidos reforça um problema crônico das políticas públicas no Brasil: a baixa institucionalização de programas sociais, tornando-os vulneráveis a disputas políticas e à falta de continuidade administrativa.

No que se refere à formação profissional dos jovens atendidos, os achados apontam para uma desconexão entre a qualificação oferecida e as demandas do mercado de trabalho. Muitos cursos disponibilizados pelo Projovem não prepararam os beneficiários para ocupações com alta demanda, resultando em baixa empregabilidade dos egressos. Essa constatação reforça a necessidade de parcerias estratégicas entre o setor público e privado para garantir que os programas de qualificação profissional estejam alinhados às oportunidades econômicas locais.

Diante dessas implicações políticas, torna-se evidente que a falta de planejamento estratégico de longo prazo, a ausência de mecanismos de governança intergovernamental eficazes e a descontinuidade administrativa impactaram negativamente o Projovem. A seguir, propomos recomendações para mitigar esses desafios e aprimorar políticas semelhantes.

7. Considerações Finais

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) representa uma iniciativa inovadora e de grande relevância dentro do campo das políticas públicas voltadas à juventude no Brasil. Criado com o objetivo de integrar dimensões educacionais, profissionais e sociais, o programa buscou proporcionar uma oportunidade concreta de reinserção escolar e qualificação profissional para jovens em situação de vulnerabilidade. No entanto, ao longo de sua trajetória, o Projovem enfrentou desafios estruturais e administrativos que limitaram seu impacto e comprometeram sua sustentabilidade enquanto política pública.

A análise institucional do programa revela que, apesar de sua fundamentação em um arcabouço normativo sólido, a efetividade do Projovem foi prejudicada por descontinuidades operacionais e instabilidades orçamentárias. A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) garantem a base legal necessária para políticas públicas voltadas à inclusão educacional e profissional de jovens. Além disso, a regulamentação específica do Projovem, formalizada pela Lei nº 11.692/2008, reforça o compromisso do Estado com

a equidade e o desenvolvimento social. Entretanto, a falta de continuidade administrativa, aliada a frequentes mudanças de prioridades políticas e cortes orçamentários, comprometeu sua implementação efetiva, especialmente após 2014.

A complexidade operacional do Projovem também representou um desafio significativo. A divisão do programa em quatro modalidades distintas – Urbano, Campo, Adolescente e Trabalhador – foi pensada para atender públicos com características e necessidades diferenciadas. No entanto, a segmentação acabou dificultando a gestão integrada do programa e gerando desafios para a articulação entre os entes federativos responsáveis por sua execução. A ausência de uma coordenação centralizada eficiente e de um sistema robusto de monitoramento e avaliação resultou em dificuldades na mensuração de impacto e na realização de ajustes estratégicos ao longo do tempo.

Outro fator determinante para o desempenho do Projovem foi a conjuntura política e econômica. A partir de 2016, a reorganização das prioridades do governo federal e a implementação de políticas de austeridade fiscal resultaram em um enfraquecimento progressivo do programa. O desmonte gradual do programa refletiu um cenário mais amplo de desinvestimento em políticas sociais, impulsionado por um discurso neoliberal que questionava a viabilidade de programas universais de qualificação profissional e defendia soluções mais focalizadas ou baseadas na iniciativa privada. Paralelamente, o Brasil enfrentava uma crise econômica que intensificou as dificuldades estruturais do mercado de trabalho, reduzindo as oportunidades de emprego para jovens e precarizando a inserção laboral dos egressos do programa.

Diante desse cenário, é fundamental refletir sobre os caminhos possíveis para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à juventude. A experiência do Projovem evidencia a necessidade de um planejamento mais estruturado, garantindo:

- **Maior estabilidade orçamentária**, evitando cortes abruptos que comprometam sua execução e credibilidade.
- **Aprimoramento da coordenação intergovernamental**, garantindo uma implementação mais homogênea e eficiente entre União, Estados e Municípios.
- **Integração efetiva entre educação e qualificação profissional**, promovendo parcerias com o setor produtivo e assegurando maior aderência dos cursos às demandas do mercado de trabalho.
- **Adoção de um sistema contínuo de monitoramento e avaliação**, permitindo ajustes baseados em evidências concretas sobre a efetividade do programa.
- **Melhoria das estratégias de acesso e permanência dos jovens**, com incentivos financeiros e suporte psicossocial para reduzir taxas de evasão.

O Projovem demonstrou que políticas públicas voltadas à inclusão juvenil têm um papel crucial na redução de desigualdades educacionais e na ampliação de oportunidades socioeconômicas. No entanto, sua trajetória também destaca que, para que programas dessa natureza sejam bem-sucedidos, é essencial que suas bases institucionais sejam fortalecidas, suas estratégias de implementação sejam mais bem coordenadas e sua sustentabilidade seja assegurada através de compromissos políticos de longo prazo.

A análise final indica que o Projovem não falhou em seu propósito, mas sim em sua execução e manutenção. Sem um compromisso mais estruturado com a continuidade do programa e com sua constante adaptação às realidades dos jovens brasileiros, sua efetividade permanecerá aquém do seu potencial transformador. A experiência do Projovem deve servir como aprendizado para futuras políticas voltadas à juventude, enfatizando a necessidade de maior integração entre políticas educacionais e de empregabilidade, planejamento intersetorial e comprometimento do Estado com a equidade social.

7.1 Recomendações para Políticas de Inclusão Juvenil

Com base na análise dos desafios enfrentados pelo Projovem, propõem-se recomendações específicas para aprimorar políticas voltadas à inclusão educacional e profissional de jovens, garantindo maior estabilidade, efetividade e impacto social.

Um dos principais aspectos a ser fortalecido é a governança federativa, buscando superar as dificuldades de coordenação entre União, estados e municípios. A criação de mecanismos intergovernamentais mais robustos pode garantir maior padronização na implementação do programa. Isso pode ser viabilizado por meio da adoção de acordos de cooperação formalizados entre os entes federativos, assegurando a continuidade das ações e a uniformização dos procedimentos administrativos e pedagógicos. Além disso, a previsibilidade nos repasses orçamentários deve ser aprimorada, reduzindo a vulnerabilidade do programa a decisões políticas discricionárias. A criação de um fórum permanente de monitoramento e avaliação, envolvendo gestores das diferentes esferas governamentais, contribuiria para um acompanhamento sistemático e contínuo do desempenho da política pública.

Outro ponto essencial é a institucionalização das políticas de longo prazo. Uma das principais fraquezas do Projovem foi sua baixa institucionalização, tornando-o suscetível a ciclos políticos e cortes de financiamento. Para evitar que programas educacionais sejam descontinuados a cada novo governo, recomenda-se a incorporação do programa a um arcabouço legal mais sólido, reduzindo as possibilidades de sua extinção abrupta. Além disso, a criação de fontes de financiamento estáveis, como fundos vinculados à educação e qualificação profissional, garantiria maior previsibilidade financeira. Para assegurar a longevidade das políticas voltadas à juventude, torna-se essencial a implementação de mecanismos de blindagem institucional, que assegurem a continuidade das ações, independentemente das mudanças na administração pública.

A qualificação profissional oferecida pelo programa também necessita de aprimoramento para alinhar-se melhor às demandas do mercado de trabalho. A desconexão entre a formação oferecida e as necessidades do setor produtivo foi um dos principais desafios enfrentados pelo Projovem. Para aumentar a empregabilidade dos egressos, seria estratégico estabelecer parcerias formais com o setor privado e instituições do Sistema S (SENAI, SENAC, SEBRAE, etc.), assegurando que os cursos estejam alinhados às reais necessidades do mercado de trabalho. A diversificação da oferta de cursos por meio do uso de tecnologias educacionais possibilitaria maior acesso a jovens em regiões remotas, ampliando as oportunidades de qualificação. Além disso, a implementação de um sistema de certificação reconhecido nacionalmente facilitaria a inserção dos beneficiários no mercado de trabalho, conferindo legitimidade às habilidades adquiridas.

A ausência de uma estrutura contínua de monitoramento e avaliação foi um dos principais fatores que comprometeram a efetividade do Projovem. Para assegurar a qualidade e efetividade de políticas similares no futuro, recomenda-se a criação de um Sistema Nacional de Monitoramento e Avaliação, permitindo o acompanhamento sistemático do desempenho do programa. Isso pode ser feito por meio do desenvolvimento de um painel de indicadores de desempenho, que forneça dados atualizados sobre a execução do programa e seus impactos. Além disso, a realização de avaliações periódicas de impacto, baseadas na comparação entre grupos de jovens beneficiados e não beneficiados, pode fornecer evidências concretas sobre a efetividade da política. Para fortalecer a transparência, sugere-se a ampla disponibilização de dados sobre execução orçamentária e empregabilidade dos egressos, permitindo que gestores públicos e pesquisadores tenham acesso a informações detalhadas para aprimorar a política pública.

A elevada taxa de evasão escolar observada no Projovem destaca a necessidade de estratégias mais eficazes para retenção dos jovens no programa. A ampliação da oferta de auxílio financeiro condicionado à permanência no curso pode ser uma solução viável, garantindo maior incentivo à continuidade da formação. Além disso, a implementação de um sistema de tutoria e acompanhamento individualizado pode oferecer suporte psicopedagógico aos alunos em situação de vulnerabilidade, reduzindo os fatores que contribuem para o abandono do curso. Por fim, parcerias com empresas e instituições para oferecer estágios remunerados e facilitar a transição para o mercado de trabalho podem aumentar o engajamento dos alunos, tornando a experiência educacional mais atrativa e conectada às oportunidades reais de emprego.

As recomendações apresentadas visam fortalecer as políticas de inclusão juvenil, aprimorando sua governança, estabilidade e impacto social. Ao garantir maior institucionalização, qualificação profissional alinhada ao mercado, avaliação contínua e incentivos à permanência no programa, iniciativas voltadas à juventude podem se tornar mais eficazes e sustentáveis, promovendo um real impacto na vida dos jovens brasileiros.

Referências Bibliográficas

CAMPBELL, J. L. (2002). **Ideas, politics, and public policy**. Annual Review of Sociology, 28: 21–38.

Hall, Peter A. e Taylor, Rosemary C. R.. **As três versões do neo-institucionalismo**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. 2003, n. 58, pp. 193-223.

JANNUZZI, Paulo M. **A importância do contexto institucional, político e ideacional na avaliação de políticas públicas**. Revista Brasileira de Avaliação, 2022, 11(2), e113722. Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/rbaval202211037>>

JANNUZZI, Paulo M. **Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais**, Campinas: Alínea, 2016.

PALIER Bruno, SUREL Yves, Les « trois I » et l'analyse de l'État en action, **Revue française de science politique**, 2005/1 (Vol. 55), p. 7-32. DOI: 10.3917/rfsp.551.0007. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-francaise-de-science-politique-2005-1-page-7.htm>>

PERISSINOTTO, R. STUMM, M. G.. **A virada ideacional: quando e como ideias importam.** Revista De Sociologia E Política, 25(64), 121–148. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-987317256403>>

Apêndice

Tabela Y – Estudos contemplados na meta-avaliação

Estudo	Contexto Regional	Período em Análise	Fonte de Dados e Metodologia	Achados sobre Implementação	Achados sobre Atenção Básica	Outros Achados	Observações
SOARES, Tufi Machado; FERRÃO, Maria Eugênia; MARQUES, Cláudio de Albuquerque. Análise da evasão no ProJovem Urbano: uma abordagem através do Modelo de Regressão Logística Multinível. Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 20, n. 76, p. 351-378, 2012.	Nacional	2008-2010	Modelos de regressão logística para análise de evasão escolar.	Altas taxas de evasão entre jovens vulneráveis, principalmente em áreas periféricas.	Monitoramento contínuo da frequência escolar poderia reduzir a evasão.	Falta de suporte pedagógico compromete a aprendizagem dos alunos.	Programas complementares poderiam minimizar os impactos da evasão.
PASSOS, Felipe et al. Esporte e Política de Assistência Social: Análise do Programa ProJovem Adolescente. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 43, n. 2, p. 1-15, 2021.	Nacional	2017-2020	Entrevistas e análise documental sobre impacto do esporte na inclusão.	Esporte auxilia na integração social e na redução de evasão escolar.	Melhora o bem-estar mental e físico dos participantes.	Fortalecimento do vínculo comunitário e maior engajamento social.	Investimento em infraestrutura esportiva poderia ampliar os impactos positivos.
GASPAR, Leandro. ProJovem Urbano: A Precarização Mascarada sob o Signo da Formação Inicial para o Trabalho Simples. Revista Brasileira de Educação, v. 24, p. 1-22, 2019.	Nacional	2010-2015	Estudo de caso e análise documental sobre precarização do ensino técnico.	Currículo pouco aprofundado e com baixa efetividade na formação profissional.	Cursos não garantem qualificação suficiente para o mercado de trabalho.	Alta evasão devido à falta de perspectiva profissional.	Reformulação curricular poderia melhorar a inserção laboral dos egressos.
CAMPOS, Caroline et al. Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Possibilidades e Contribuições na Perspectiva dos Adolescentes Participantes. Cadernos de Pesquisa, v. 48, n. 168, p. 140-167, 2018.	Nacional	2014-2016	Análise de percepção de alunos sobre o impacto do ProJovem.	Alunos valorizam o programa, mas apontam falta de suporte psicossocial.	Participação no programa melhora a motivação para continuidade nos estudos.	Aumenta a autoestima e melhora a perspectiva de futuro dos jovens.	Acompanhamento pós-programa poderia consolidar os benefícios.
SENRA, Ronaldo et al. Juventudes, Educação do Campo e Formação Técnica: Um Estudo de Caso no IFMT. Revista Brasileira de Educação do Campo, v. 2, n. 1, p. 1-20, 2017.	Centro-Oeste (MT)	2012-2015	Estudo de caso no IFMT sobre desafios na educação do campo.	Problemas de infraestrutura dificultam a implementação em áreas rurais.	Jovens do campo enfrentam dificuldades de acesso à escola.	Currículo não se adapta às realidades rurais, limitando os resultados.	Integração com práticas agrícolas regionais poderia aumentar a efetividade.
CASTRO, Mary et al. Gênero e Cuidado em Políticas: Salas de Acolhimento do ProJovem Urbano. Cadernos Pagu, v. 49, p. 1-26, 2017.	Nacional	2013-2016	Entrevistas qualitativas sobre gênero e política de acolhimento.	Falta de salas de acolhimento adequadas para mulheres e mães.	Dificuldade em conciliar estudos e responsabilidades familiares.	Programa não considera especificidades de gênero na execução.	Infraestrutura inclusiva e suporte social seriam fundamentais para ampliar o acesso feminino.
OLIVEIRA, Mara. Educação do Campo como Espaço em Disputa: Análise dos Discursos do Material Didático do ProJovem Campo - Saberes da Terra. Educação & Sociedade, v. 38, n. 139, p. 89-112, 2017.	Norte/Nordeste (PA, BA)	2010-2015	Análise de discurso do material didático do ProJovem Campo.	Material didático não dialoga com a realidade local dos jovens do campo.	Falta de contextualização dificulta a aprendizagem nas regiões rurais.	Visão tradicionalista do ensino prejudica a adaptação dos alunos.	Formação de professores deveria incluir maior valorização dos saberes locais.

Tabela Y – Estudos contemplados na meta-avaliação (continuação)

Estudo	Contexto Regional	Período em Análise	Fonte de Dados e Metodologia	Achados sobre Implementação	Achados sobre Atenção Básica	Outros Achados	Observações
CARVALHO, Dierson et al. Ensino de Área de Figuras Geométricas Planas no Currículo de Matemática do Projovem Urbano. Bolema: Boletim de Educação Matemática, v. 29, n. 52, p. 1077-1096, 2015.	Nacional	2009-2013	Análise do ensino de matemática no currículo do Projovem.	Matemática é ensinada de forma pouco aplicada e desconectada do cotidiano dos alunos.	Dificuldade dos estudantes em assimilar conceitos geométricos.	Ensino tradicional não favorece o aprendizado prático.	Capacitação docente e metodologias ativas poderiam melhorar os resultados.
DELUIZ, Neise et al. O Arco Ocupacional Saúde nas Políticas de Educação Profissional. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 94, n. 236, p. 347-368, 2013.	Nacional	2008-2012	Entrevistas e análise documental sobre formação profissional.	Cursos são voltados para funções operacionais, sem qualificação robusta.	Baixa absorção dos alunos no mercado de trabalho formal.	Formação técnica não responde às demandas reais do setor produtivo.	Parcerias com empresas poderiam gerar oportunidades de estágio e emprego.
FERREIRA, Maria. Educadores e a Implementação de Diretrizes contra Desigualdades: O Caso do Projovem Urbano. Educação e Pesquisa, v. 39, n. 3, p. 789-812, 2013.	Nacional	2009-2011	Entrevistas com educadores sobre a execução do programa.	Falta de capacitação contínua para professores.	Monitoramento fraco da evolução dos alunos ao longo do programa.	Diferenças regionais na execução prejudicam a padronização do ensino.	Melhor formação docente poderia aumentar o impacto educacional do programa.
LEÃO, Geraldo et al. Políticas Públicas, Juventude e Desigualdades Sociais: O Projovem Urbano em Belo Horizonte. Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 50, p. 403-426, 2012.	Sudeste (MG – BH)	2007-2010	Estudo de caso sobre implementação do Projovem em Belo Horizonte.	Desafios na gestão municipal do programa.	Desigualdade no atendimento entre diferentes regiões da cidade.	Jovens das periferias enfrentam barreiras adicionais de acesso.	Maior articulação entre órgãos locais poderia reduzir desigualdades no atendimento.
FRIEDRICH, Márcia et al. O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Projovem: Uma Análise entre a Proposta Oficial e a Experiência Vivida em Goiânia. Revista Educação e Sociedade, v. 33, n. 119, p. 589-610, 2012.	Centro-Oeste (GO)	2008-2011	Comparação entre a proposta oficial e a execução prática.	Distância entre o que é planejado e a realidade do programa.	Frequência dos jovens nas atividades é irregular.	Metodologia pouco flexível para atender a real necessidade do público-alvo.	Ajustes na implementação poderiam aumentar a adesão dos beneficiários.
RUMMERT, Sonia et al. Jovens e Adultos Trabalhadores Pouco Escolarizados no Brasil e em Portugal: Alvos da Mesma Lógica de Conformidade. Revista Lusófona de Educação, v. 15, p. 97-116, 2010.	Brasil e Portugal	2005-2009	Comparação internacional de programas de qualificação.	Modelos de Brasil e Portugal seguem lógica de conformidade social.	Currículo não é adaptado às características dos estudantes.	Políticas portuguesas podem oferecer insights para o Brasil.	Experiências internacionais bem-sucedidas poderiam ser incorporadas.
ALENCAR, Cláudio et al. Política Educacional do Projovem Urbano: Uma Revisão Bibliográfica em Relação à Invisibilidade Social. Cadernos de Pesquisa, v. 49, n. 173, p. 678-701, 2019.	Nacional	2013-2017	Revisão bibliográfica sobre a trajetória do Projovem.	Programa passou por diversas mudanças de gestão ao longo dos anos.	Falta de estabilidade administrativa compromete os resultados.	Avaliação contínua dos impactos é insuficiente.	Maior padronização e continuidade de políticas poderiam garantir melhores resultados.
BLANCO, Diego. O Projovem Urbano na Trajetória das Políticas para Juventude - Desafios do Programa e Perspectivas de Análise. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 8, n. 1, p. 120-144, 2010.	Nacional	2005-2009	Análise histórica do Projovem no contexto das políticas para juventude.	Programa sofreu reformulações sem manter um eixo fixo.	Política pública instável gerou impactos negativos nos resultados.	Descontinuidade na gestão afetou a efetividade do programa.	Estabilidade administrativa seria essencial para consolidar os ganhos.
RUMMERT, Sonia et al. Projovem Urbano: Proposta Ambiciosa e “Pequena Política” no Vácuo de um Sistema Nacional de Educação. Educação e Sociedade, v. 38, n. 141, p. 425-448, 2017.	Nacional	2008-2014	Análise crítica das diretrizes do Projovem.	Mudanças constantes nas diretrizes dificultam a continuidade do programa.	Recursos financeiros instáveis comprometem a execução.	Falta de institucionalização afeta a perenidade do Projovem.	Definição clara de metas e financiamento poderia aumentar os impactos positivos.

